



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026/FMAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E TINTAS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREDIAL E DAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 05/08/2026.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 13h30min do dia 19/08/2026.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h31min do dia 19/08/2026.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:
<https://comprasbr.com.br/>

VALOR TOTAL: R\$ 190.919,30

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 90.01.2026.3390.3024, 90.02.1043.3390.3024 e demais dotações conforme orçamento vigente.



1 PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, acha-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026/FMAS, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.582/2023, Decreto Municipal nº 11.644/2023 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

1.2 AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAIS, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.

1.3 A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.

1.4 Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

2 DO OBJETO

2.1 Este edital refere-se à eventual aquisição de materiais de pintura e tintas, destinados a manutenção predial e das instalações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Rio do Sul/SC, de acordo com exigências deste edital e nas quantidades e especificações abaixo:

Item	Qtd	Unidade	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	200	Unidade	Tinta acrílica semibrilho	213,00	42.600,00
2	80	Unidade	Esmalte sintético.	435,73	34.858,40
3	20	Unidade	Espátula de aço	20,06	401,20
4	100	Unidade	Filme de mascaramento branco	63,23	6.323,00
5	70	Unidade	Fita crepe	7,80	546,00
6	100	Metro	Lixa amarela grão 080	1,87	187,00
7	20	Unidade	Massa corrida (18 litros)	88,34	1.766,80
8	80	Unidade	Multi massa tapa tudo (340 g)	36,93	2.954,40
9	20	Unidade	Rolo de la.	19,64	392,80
10	50	Unidade	Selador.	145,21	7.260,50
11	20	Unidade	Suporte para pintura	36,15	723,00
12	30	GL	Thinner	137,02	4.110,60
13	200	Unidade	Tinta esmalte	348,67	69.734,00
14	20	Unidade	Trincha	45,25	905,00
15	20	Unidade	Verniz marítimo	174,06	3.481,20
16	20	Unidade	Fundo preparador	246,65	4.933,00
17	80	Unidade	Massa de base cimentícia (18 kg)	121,78	9.742,40
TOTAL:					R\$ 190.919,30



2.2 Fica estabelecida a execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR ITEM;

2.3 A(s) ata(s) que se firmará(ão) no presente processo terão a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadas por igual período, com a renovação das quantidades inicialmente pactuadas, desde que comprovada a vantajosidade;

2.4 Constituem anexos deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

3 DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 DAS CONDIÇÕES:

3.1.1 Esta licitação está aberta **exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.1.2 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2 DAS RESTRIÇÕES:

3.2.1 *NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO*

3.2.1.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

3.2.1.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.1.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



3.2.1.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.1.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.1.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.1.8 Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

3.2.1.9 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

3.2.1.10 Agente público do Município de Rio do Sul.

3.2.2 O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.3 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.4 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.5 O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



3.2.7 A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dos licitantes interessados ocorrerá pela atribuição de chaves de identificação e de senha pessoal e intransferível diretamente no portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>;

4.2 A responsabilidade pelo credenciamento junto ao portal do Sistema de Compras utilizado pelo Município, será exclusiva do licitante interessado.

5 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 Os licitantes interessados encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, proposta com o preço, bem como, quando for o caso, a marca e o modelo do produto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

5.2 A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4 O número de casas decimais após a vírgula, serão definidos previamente no cadastramento da licitação no portal do Sistema Eletrônico de Compras;

5.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Município de Rio do Sul, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

6.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.11 O licitante poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.



6.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.12.1 O intervalo mínimo de que trata o subitem anterior incidirá apenas em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante.

6.13 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance válido e registrado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances registrados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na plataforma eletrônica de sistema de compras adotada.

6.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, sendo a primeira colocada empresa de maior porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4 No caso de propostas empatadas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas, de forma automática pelo sistema de compras, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22 **Quando o valor total do item/lote indicado no subitem 2.1 for superior ao valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), NÃO se aplicarão os benefícios inscritos nos art. 44 e art 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme § 1º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

6.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.23.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no art. 66 do Decreto Municipal n. 11.582/2023;

6.23.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2.2 empresas brasileiras;

6.23.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.23.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23.3 Esgotados os critérios elencados nos itens 6.22.1 e 6.22.2, ou não sendo possíveis de verificação, ou ainda, não sendo possível a sua aplicação pelo sistema de compras utilizado, permanecendo o empate, será realizado sorteio de forma automática pelo sistema de compras.

6.24 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, podendo oferecer contraproposta.

6.24.1 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

6.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em ata.

6.25 Encerrada a etapa de negociação, caso necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **DUAS HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.25.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

6.25.1.1 a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25.1.2 de ofício, pelo Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos complementares a proposta exigidos no edital.

6.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem **3.2** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União; e



b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3 Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

7.4 Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 contiver vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6 No caso de serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6.2 Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.7 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO



8.1 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV – à habilitação econômico-financeira;

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando o licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

a.1) No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

a.2) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, **preferencialmente**, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

8.2 Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.3 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

8.4 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no subitem 6.24.1.

8.5 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação:**

a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

8.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11 DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL

8.11.1 Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;

c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

8.12 CONSÓRCIO

8.12.1 As empresas consorciadas deverão apresentar:



8.12.1.1 Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança deverá caber à empresa brasileira;

b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;

c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação.

f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado.

g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ;

8.12.2 DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

8.12.2.1 Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

8.12.2.2 Na Qualificação Técnica (item 8.1.2) será permitido o somatório de atestados das empresas consorciadas.

9 DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de



recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

10 DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.2 A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

11 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

11.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

11.2 A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda, comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;



11.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.5 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 11.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6 As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

11.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

11.8 A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

11.9 No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;



- 12.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4** deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo próprio do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade;
- b) Através dos endereços eletrônicos, ina.zanella@riodosul.sc.gov.br ou odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br.

13.3 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

13.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Rio do Sul/SC e divulgadas também na plataforma eletrônica de sistema de compras.

13.5 As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net>.

14.9 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

Rio do Sul, 03 de agosto de 2026.

MANOEL ARISOLI PEREIRA
Prefeito Municipal

MARIA HELENA ZIMMERMANN
Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026/FMAS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
(vide arquivos disponibilizados em .pdf)

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Eletrônico (SRP)

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura destinados à manutenção predial e das instalações da Secretaria e suas unidades.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a definição das condições, especificações técnicas, obrigações e critérios para a realização de licitação visando ao Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para fornecimento parcelado de materiais de pintura (tintas, seladores, solventes, massas, pincéis, rolos, fitas, lonas, EPIs básicos, etc.);

1.2. O fornecimento e a execução serão realizados sob demanda, por meio de emissão de Notas de Empenho e Ordens de Compra/Serviço, sem obrigatoriedade de contratação dos quantitativos totais estimados.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

2.1. Materiais (conforme Anexo I). A seguir as especificações mínimas de cada item, com base no Mapa de Preços:

Item	Descrição	Especificações técnicas mínimas
1	Tinta acrílica semibrilho	À base de água, baixo COV, rendimento mínimo 40 m ² /galão, cor branca e cores sob consulta.
2	Esmalte sintético	Base solvente, alta durabilidade, brilho, para superfícies metálicas e madeira.
3	Espátula de aço	Lâmina de aço carbono, cabo de madeira ou plástico, largura 4" ou 6".
4	Filme de mascaramento branco	Polietileno, largura mínima 1,50 m,



		espessura 30 micras, rolo com 100 m.
5	Fita crepe	Largura 24 mm ou 48 mm, baixa aderência, resistente até 60°C.
6	Fundo preparador	Acrílico ou PVA, para paredes internas e externas, rendimento 50 m ² /galão.
7	Lixa amarela grão 080	Grão 80, para madeira e massa, folha tamanho 230x280 mm.
8	Massa corrida (18 litros)	À base de PVA, para acabamento de paredes internas, secagem rápida.
9	Massa de base cimentícia (18 kg)	Para reboco e correção de irregularidades, uso interno/externo.
10	Multi massa tapa tudo (340 g)	Massa pronta para pequenos reparos, endurecimento rápido, aplicação em madeira, gesso, concreto.
11	Rolo de lã	Para tinta acrílica e esmalte, cabo plástico, comprimento 25 cm, refil incluso.
12	Selador	Acrílico, para paredes novas ou com alcalinidade, rendimento 40 m ² /galão.
13	Suporte para pintura	Extensor telescópico de alumínio para rolo, até 2 m.
14	Thinner	Para diluição de esmaltes sintéticos e limpeza de ferramentas.
15	Tinta esmalte	Base solvente, acabamento acetinado, alta cobertura.
16	Trincha	Cerdas sintéticas, largura 2" ou 3", cabo de madeira.
17	Verniz marítimo	À base de poliuretano, resistente à água e raios UV, para superfícies externas.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Quanto aos materiais:



- a) Entregar produtos novos, de primeiro uso, dentro do prazo de validade (mínimo 75% remanescente na data da entrega).
- b) Realizar a entrega no endereço indicado na Ordem de Compra, com frete, carga e descarga por sua conta.
- c) Substituir, sem custos, materiais com defeito, avariados ou em desacordo com a especificação.

3.2. Gerais

:

- a) Manter, durante toda a vigência da ata, as condições de habilitação e qualificação técnica.
- b) Emitir Nota Fiscal Eletrônica e comprovante de entrega/execução para cada pedido.

4. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 4.1. Fornecer as ordens de compra/serviço com prazo de entrega/execução compatível (20 dias após a emissão da Ordem de Compra).
- 4.2. Indicar fiscal do contrato e gestor da ata para acompanhamento e recebimento.
- 4.3. Efetuar o pagamento no prazo estipulado, após atesto da nota fiscal e comprovação da entrega/serviço.
- 4.4. Promover a divulgação da ata aos demais órgãos participantes (se houver).

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

5.1. Materiais:

- a) Provisório: mediante conferência quantitativa e qualitativa, com verificação de avarias, validade e conformidade com a nota fiscal.
- b) Definitivo: após análise técnica (se necessária) e liberação do fiscal, no prazo máximo de 5 dias úteis.



5.2. Se rejeitado, a contratada terá prazo de até 48 horas para sanar os vícios, sem ônus para a Administração.

6. FORMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Execução: parcelada e sob demanda, por meio de Ordem de Compra (materiais) e Ordem de Serviço (mão de obra), emitidas conforme necessidade da Secretaria ou de suas unidades.

6.2. Pagamento: em até 30 dias corridos após a entrega/execução e apresentação da NF, mediante atesto do fiscal.

6.3. Reajuste: previsto com base em índice oficial (INPC ou IPCA), a cada 12 meses, conforme Lei.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Aplicam-se as penalidades da Lei 14.133/2021, incluindo:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de 0,5% ao dia sobre o valor do pedido não atendido, limitada a 20%;
- c) Multa compensatória de até 20% do valor da ata (em caso de descumprimento grave);
- d) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Município;
- e) Declaração de inidoneidade (casos extremos).

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

8.1. Gestor da Ata: servidor designado para gerenciar o SRP e autorizar empenhos.

8.2. Fiscal Técnico: responsável pelo acompanhamento da entrega dos materiais e execução dos serviços, lavrando relatórios e atestando as notas fiscais.



8.3. A fiscalização será exercida de forma contínua, com apoio de servidores das unidades demandantes.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O presente Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar aprovado em 22/04/2026.

9.2. As especificações detalhadas dos materiais e da mão de obra, inclusive com os respectivos quantitativos, estão no Anexo I (Mapa de Preços), parte integrante e indissociável deste documento.

9.3. A critério da Administração, poderão ser solicitadas amostras dos materiais antes da homologação da licitação.

9.4. Fica autorizada a utilização da ata por outros órgãos da Administração Municipal, mediante adesão à ata, nos termos da legislação.

Rio do Sul (SC), 15 de julho de 2026.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/07/2026 15:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p2071d59e99a6e>



ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS

Descritivo Técnico – Tinta Acrílica Semi Brilho

Descrição do Produto

Tinta acrílica à base de água, acabamento semi brilho, indicada para pintura e repintura de superfícies internas e externas de alvenaria, concreto, reboco, massa acrílica, massa corrida, fibrocimento e superfícies previamente pintadas. Proporciona excelente cobertura, boa resistência às intempéries, lavabilidade e acabamento uniforme com leve brilho.

Características Técnicas

- Tipo: Tinta acrílica premium à base de água.
- Acabamento: Semi brilho.
- Diluição: Água potável.
- Aplicação: Rolo de lã, pincel, trincha ou pistola.
- Cor: Conforme especificação do projeto.
- Rendimento: Variável conforme a absorção e condição da superfície.
- Secagem ao toque: Aproximadamente 1 a 2 horas.
- Intervalo entre demãos: Aproximadamente 4 horas.
- Secagem final: Aproximadamente 12 a 24 horas.
- Número de demãos: 2 a 3 demãos, ou conforme necessidade para perfeita cobertura.

Preparação da Superfície

A superfície deve estar firme, limpa, seca, livre de poeira, gordura, mofo, partes soltas ou qualquer contaminante que possa comprometer a aderência da tinta. Corrigir imperfeições e aplicar selador ou fundo preparador quando necessário.

Aplicação

Misturar bem o produto antes e durante a aplicação. Aplicar em demãos uniformes, respeitando os intervalos de secagem recomendados pelo fabricante. Evitar aplicação em condições de chuva, umidade excessiva ou sob incidência direta de sol intenso.

Desempenho

- Boa cobertura e nivelamento.
- Alta durabilidade.
- Resistência à ação do tempo.
- Fácil limpeza e manutenção.
- Baixo odor.



- Excelente aderência em superfícies adequadamente preparadas.

Normas de Referência

O produto deverá atender às normas técnicas aplicáveis da **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, especialmente as relacionadas a tintas para edificações e desempenho de revestimentos.

Unidade de Medição

m² (metro quadrado) de superfície pintada e acabada, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e limpeza final dos serviços.

Se precisar para um memorial descritivo de obra, orçamento ou especificação de licitação, posso adaptar o texto para esse formato.

A **tinta esmalte sintético** é um tipo de tinta à base de resinas sintéticas, indicada para proteger e dar acabamento a superfícies de madeira, metal e alvenaria. Ela forma uma película resistente, com boa durabilidade e acabamento uniforme.

Características principais:

- Alta resistência à umidade e ao desgaste.
- Boa cobertura e aderência.
- Disponível em acabamentos brilhante, acetinado e fosco.
- Pode ser aplicada em ambientes internos e externos.
- Geralmente requer diluição com aguarrás ou solvente recomendado pelo fabricante.

Aplicações comuns:

- Portas, janelas e móveis de madeira.
- Grades, portões e estruturas metálicas.
- Corrimãos, esquadrias e outras superfícies que necessitam de proteção e acabamento decorativo.

Exemplo de descrição para catálogo ou orçamento:

Tinta esmalte sintético de alta qualidade, indicada para proteção e acabamento de superfícies de madeira e metal. Possui excelente cobertura, secagem rápida, alta durabilidade e resistência às intempéries, proporcionando acabamento uniforme e de longa duração.



Se precisar de uma descrição mais técnica, comercial ou para licitação, posso adaptar o texto.

Se você precisa de uma descrição de **fundo preparador** (produto usado antes da pintura), pode usar:

Fundo Preparador

Produto desenvolvido para preparar e uniformizar superfícies porosas antes da pintura. Possui alto poder de penetração, fixando partículas soltas e reduzindo a absorção da superfície. Melhora a aderência da tinta de acabamento, aumenta o rendimento da pintura e contribui para um acabamento mais uniforme e durável. Indicado para paredes novas, reboco, concreto, gesso e outras superfícies minerais em ambientes internos e externos.

Se precisar da descrição para um fabricante específico (por exemplo, Suvinil, Coral, Sherwin-Williams etc.), informe a marca e o modelo.

Se você quis dizer **thinner (tíner)**, trata-se de um solvente composto por uma mistura de substâncias químicas, utilizado principalmente para:

- Diluir tintas, vernizes e esmaltes à base de solvente.
- Ajustar a viscosidade da tinta para aplicação com pistola ou pincel.
- Limpar ferramentas de pintura, como pincéis, rolos e equipamentos.

Características:

- Líquido incolor ou levemente amarelado.
- Odor forte e característico.
- Altamente inflamável.
- Evapora rapidamente.

Cuidados de uso:

- Utilizar em locais bem ventilados.
- Evitar contato com a pele e os olhos.
- Manter longe de chamas, faíscas e fontes de calor.
- Armazenar em recipiente fechado e fora do alcance de crianças.



Exemplo de descrição para cadastro de produto:

Thinner de alta qualidade indicado para diluição de tintas, vernizes e esmaltes sintéticos, proporcionando melhor aplicação e acabamento. Também pode ser utilizado na limpeza de equipamentos e ferramentas de pintura. Produto de secagem rápida e alto poder de solvência.

Se você precisa da descrição para um produto específico ou para uma nota fiscal, posso adaptar o texto.

Tinta esmalte é uma tinta de acabamento usada para proteger e decorar superfícies como madeira, metal, alvenaria e alguns tipos de plástico. Após a secagem, forma uma película resistente, lisa e durável.

Características comuns:

- Boa resistência à umidade, desgaste e limpeza.
- Acabamento disponível em brilho, acetinado ou fosco.
- Indicada para portas, janelas, portões, móveis e estruturas metálicas.
- Pode ser à base de solvente (esmalte sintético) ou à base de água.

Exemplo de descrição:

A tinta esmalte proporciona acabamento uniforme e de alta durabilidade, oferecendo proteção contra intempéries, umidade e desgaste. Indicada para superfícies internas e externas de madeira e metal, possui excelente cobertura, fácil aplicação e acabamento de qualidade profissional.

Se você precisa da descrição para um produto específico, informe a marca e o tipo da tinta esmalte.

Descrição de verniz marítimo:

O **verniz marítimo** é um acabamento transparente desenvolvido para proteger e embelezar superfícies de madeira expostas a condições severas de umidade, sol e intempéries. Sua fórmula cria uma película resistente e flexível que ajuda a prevenir o desgaste causado pela água, raios UV, maresia e variações climáticas, realçando



os veios naturais da madeira e proporcionando acabamento brilhante, acetinado ou fosco, conforme o produto.

É amplamente utilizado em embarcações, decks, portas, janelas, móveis de área externa e outras estruturas de madeira que necessitam de proteção duradoura e excelente acabamento estético.

Principais características:

- Alta resistência à água e à umidade.
- Proteção contra raios UV e intempéries.
- Excelente aderência e durabilidade.
- Realça a beleza natural da madeira.
- Indicado para ambientes internos e externos (conforme especificação do fabricante).

Se precisar de uma descrição para anúncio, catálogo ou embalagem, posso adaptar o texto ao seu objetivo

O **rendimento do verniz marítimo** varia bastante conforme a marca, o tipo de madeira e a forma de aplicação, mas dá para usar alguns valores médios como referência:

Em geral, o rendimento fica em torno de:

- **10 a 14 m² por litro por demão** (em madeira lisa e bem preparada)
- Em superfícies mais porosas ou irregulares: **6 a 10 m²/L por demão**

O que mais influencia o rendimento

O consumo pode mudar bastante por causa de:

- **Tipo de madeira:** madeiras porosas (como pinus) “bebem” mais produto
- **Diluição:** alguns fabricantes permitem diluir na 1ª demão (geralmente até 10–20%)
- **Ferramenta de aplicação:** pincel, rolo ou pistola mudam o consumo
- **Número de demãos:** normalmente são **3 a 5 demãos** para proteção externa
- **Estado da madeira:** madeira crua consome muito mais que madeira já selada ou lixada

Exemplo prático

Se você tiver uma área de **20 m²:**

- Com rendimento médio de **10 m²/L por demão**



- Vai gastar cerca de **2 litros por demão**
- Em 3 demãos → aproximadamente **6 litros no total**

Dica importante

Em áreas externas (decks, portas, janelas), o rendimento real costuma ser menor porque o acabamento exige mais produto para proteção UV e contra água salgada/chuva.

Se quiser, posso calcular o consumo exato para a sua área e tipo de madeira.

O **rendimento do verniz marítimo** varia bastante conforme a marca, o tipo de madeira e a forma de aplicação, mas dá para usar alguns valores médios como referência:

Em geral, o rendimento fica em torno de:

- **10 a 14 m² por litro por demão** (em madeira lisa e bem preparada)
- Em superfícies mais porosas ou irregulares: **6 a 10 m²/L por demão**

O que mais influencia o rendimento

O consumo pode mudar bastante por causa de:

- **Tipo de madeira:** madeiras porosas (como pinus) “bebem” mais produto
- **Diluição:** alguns fabricantes permitem diluir na 1ª demão (geralmente até 10–20%)
- **Ferramenta de aplicação:** pincel, rolo ou pistola mudam o consumo
- **Número de demãos:** normalmente são **3 a 5 demãos** para proteção externa
- **Estado da madeira:** madeira crua consome muito mais que madeira já selada ou lixada

Exemplo prático

Se você tiver uma área de **20 m²**:

- Com rendimento médio de **10 m²/L por demão**
- Vai gastar cerca de **2 litros por demão**
- Em 3 demãos → aproximadamente **6 litros no total**

Dica importante

Em áreas externas (decks, portas, janelas), o rendimento real costuma ser menor porque o acabamento exige mais produto para proteção UV e contra água salgada/chuva.



Se quiser, posso calcular o consumo exato para a sua área e tipo de madeira.

Denunciar conversa

O rendimento de uma tinta esmalte varia conforme o fabricante, o tipo de esmalte (sintético, à base de água etc.), a superfície e o número de demãos.

Como referência geral:

- **Esmalte sintético ou à base de água:** cerca de **30 a 75 m² por galão de 3,6 L por demão.**
- **Lata de 900 mL:** aproximadamente **7 a 19 m² por demão.**
- **Lata de 18 L:** aproximadamente **150 a 375 m² por demão.**

Fatores que reduzem o rendimento:

- Superfícies porosas ou sem selador/fundo.
- Aplicação com rolo ou pincel muito carregado.
- Necessidade de duas ou três demãos.
- Superfícies rugosas ou enferrujadas.

Se você informar:

1. A marca e o produto da tinta esmalte;
2. O tamanho da embalagem;
3. A área que deseja pintar (em m²);

posso calcular quantas latas serão necessárias.

O rendimento da tinta esmalte sintético varia conforme a marca, a superfície, o método de aplicação e o número de demãos. Como referência geral:

- **Superfícies lisas e já preparadas:** cerca de **12 a 16 m² por litro por demão.**
- **Superfícies porosas ou rugosas:** cerca de **8 a 12 m² por litro por demão.**
- Com **duas demãos**, a área coberta na prática é aproximadamente metade desses valores.



Exemplos:

- Uma lata de **900 mL** pode render cerca de **10 a 14 m² por demão** em superfície lisa.
- Uma lata de **3,6 L** pode render aproximadamente **45 a 60 m² por demão**.
- Uma lata de **18 L** pode render aproximadamente **216 a 288 m² por demão**.

Para um cálculo mais preciso, informe:

1. A marca da tinta.
2. O tamanho da embalagem (900 mL, 3,6 L, 18 L etc.).
3. O tipo de superfície (metal, madeira, parede, portão, grade, etc.).
4. Quantas demãos pretende aplicar.

Com esses dados, posso estimar o consumo para sua pintura.





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026/FMAS

Apêndice - ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(vide arquivos disponibilizados em .pdf)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura destinados a manutenção predial e das instalações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e suas unidades.

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento formaliza o Estudo Técnico Preliminar para a contratação de materiais de pintura por meio do Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente demanda tem por escopo suprir as necessidades contínuas e eventuais de materiais de pintura destinados a manutenção preventiva e corretiva das instalações administrativas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e suas unidades.

2.2. A necessidade fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a) Manutenção do Patrimônio Imobiliário: as instalações das unidades sofrem desgaste natural decorrente do uso da exposição às intempéries. A lista de materiais é essencial para evitar a degradação do patrimônio público e garantir a habitabilidade, segurança e conforto das edificações.

b) Logística: a formação de um estoque regulador e a disponibilidade de uma Ata de Registro de Preços são medidas estratégicas para evitar a paralisação de serviços urgentes de reparo por falta de insumos.

2.3. Portanto, a aquisição visa solucionar o problema logístico de suprimento de materiais de consumo, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e suas unidades.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os materiais a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos, logísticos e de sustentabilidade, indispensáveis à garantia da qualidade e ao atendimento do interesse público:

A. REQUISITOS DE QUALIDADE

A.1. Todos os materiais devem ser novos, de primeiro uso, e estar em conformidade com as técnicas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, quando aplicável, possuir selo de certificação do INMETRO.

A.2. Para itens perecíveis ou com vida útil temporal, exige-se que, no ato da entrega, os produtos possuam, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total remanescente, garantindo tempo hábil para consumo pelo órgão.

B. REQUISITOS LOGÍSTICOS E DE ENTREGA

B.1. A licitante vencedora deve estar ciente e apta a realizar a entrega no local indicado na Ordem de Compra.

B.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preço, o fornecimento será parcelado, mediante a emissão de Notas de Empenho e Ordens de Compra, devendo a contratada suportar as despesas de frete, carga e descarga independentemente da quantidade solicitada em cada pedido, respeitando o quantitativo mínimo de faturamento se houver previsão no Edital.

C. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

C.1. As tintas, vernizes e solventes devem ser, preferencialmente, à base de água e isento de metais pesados ou substâncias que agredem a camada de ozônio, atendendo a classificação de baixa emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COV).

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O levantamento de mercado consistiu na análise das alternativas possíveis na verificação da existência de fornecedores capazes de atender à demanda, observando-se o seguinte:



- a) Os itens demandados enquadram-se estritamente como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- b) A consulta realizada, predominantemente através da ferramenta de Registro de Preços, evidencia uma pluralidade de fornecedores aptos a atender a demanda. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico ampliará o espectro de competição, permitindo a participação de empresas de diversas localidades, mitigando eventuais restrições locais.
- c) Não foram identificadas soluções técnicas alternativas que justificassem a análise comparativa complexa. A aquisição direta de insumos para emprego pelas equipes de manutenção das próprias unidades ou serviços continuados mostra-se solução mais célere, econômica e flexível para atender às demandas fragmentadas e imprevisíveis de manutenção predial.
- d) O mercado apresenta maturidade e capacidade robusta para o fornecimento dos itens, sendo o Sistema de Registro de Preços (SRP) a estratégia mais adequada para lidar com a demanda incerta ao longo do ano, sem obrigar a Administração a estocar grandes volumes de material de uma só vez.
- e) As pesquisas para formação dos preços estimativos foram provenientes de consultas no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e orçamentos diretos com uma pluralidade de fornecedores.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de materiais de pintura processada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), com adjudicação por item, conforme as especificações e condições a seguir delineadas:

- a) A licitação resultará na formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP), com validade de 12 (doze) meses, sem obrigatoriedade de contratação total dos quantitativos estimados. Este modelo é o mais adequado para atender as demandas de natureza incerta e parcelada, características das atividades de manutenção predial.
- b) O fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante a emissão de Notas de Empenho e Ordens de Compra. A solução logística exige que a contratada realize a



entrega dos materiais diretamente no local designado no documento competente, assumindo integralmente os riscos e custos de transporte.

c) A solução encerra-se com o recebimento definitivo dos materiais e a prestação dos serviços, atestando a conformidade técnica e pagamento, não envolvendo a prestação de serviços continuados.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades estimadas para a contratação constam detalhadamente no documento **Anexo I - Mapa de Preços**, parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

6.2. A definição dos quantitativos baseou-se na seguinte metodologia:

a) A análise da série histórica do consumo de materiais de pintura e manutenção das unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social nos exercícios anteriores, ajustadas às metas de manutenção previstas para o próximo período de 12 (doze) meses.

b) Os quantitativos estimados embora não estejam previstos expressamente no Plano de Contratações Anuais do exercício de 2026, decorre diretamente das previsões orçamentárias estipuladas pela LOA 2026.

6.3. Os quantitativos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) referem-se exclusivamente à demanda da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e suas unidades principalmente no que condiz com a manutenção predial.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Valor total estimado para materiais: R\$ 190.919,30 (cento e noventa mil, novecentos e dezenove reais e trinta centavos).

7.2. Para a definição do valor estimado, utilizou-se como parâmetro a MÉDIA dos preços obtidos, com base nas licitações vigentes integrantes do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e cotações diretas com fornecedores.

8, JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



8.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 2º, e artigo 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como à Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), optou-se pelo PARCELAMENTO do objeto, com ADJUDICAÇÃO POR ITEM.

8.2. A decisão fundamenta-se nos seguintes critérios técnicos e econômicos:

a) Viabilidade Técnica e Divisibilidade: o objeto da contratação é composto por itens de natureza divisível que não dependem de um único fornecedor para garantir a integridade do sistema. A aquisição não acarreta prejuízo à funcionalidade dos materiais.

b) Ampliação da Competitividade: A adjudicação por item permite a participação de um maior número de interessados, incluindo micro e pequenas empresas (ME/EPP) que, por vezes, são especializados em nichos específicos e não teriam capacidade para cotar a lista completa em um Lote Global ou Grupos heterogêneos. Isso tende a reduzir os preços finais para a Administração.

c) Considerando a diversidade dos itens, o parcelamento evita que a Administração pague mais caro por um item simples apenas porque ele estaria atrelado a um lote de itens complexos de um grande fornecedor.

8.3. Embora a licitação seja parcelada por itens para fins de julgamento e adjudicação, a execução contratual (entrega) será otimizada através do Sistema de Registro de Preços, permitindo que a Administração consolide pedidos de itens adjudicados a um mesmo fornecedor, isando racionalizar a logística de transporte.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não há contratações interdependentes que coincidam a abertura ou execução do presente processo licitatório. A aquisição dos materiais é autônoma e visa compor o estoque do almoxarifado para emprego imediato.

9.2. Informa-se que no presente momento, não existem pregões ou contratos de prestação de serviços vigentes que necessitem ou estejam vinculados ao fornecimento dos materiais objetos deste certame.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



10.1. A presente contratação encontra-se estritamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, embora não esteja previsto expressamente no Plano de Contratações Anuais do exercício de 2026.

10.2. A aquisição e a contratação de mão de obra especializada suporta diretamente os objetivos estratégico da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento e suas unidades, o que garante a habitabilidade e a integridade das instalações e do prédio público.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A efetivação desta contratação proporcionará os seguintes benefícios diretos e indiretos para a Administração Pública:

a) Preservação do Patrimônio Público: A disponibilidade imediata de materiais de pintura e mão de obra permitirá intervenções tempestivas nas edificações, evitando pequenas avarias eventualmente evoluam para danos mais complexos e onerosos.

b) Eficiência Administrativa e Operacional: A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) elimina a necessidade de múltiplos processos licitatórios fracionados ao longo do ano.

c) Melhoria na Qualidade do Prédio Público: A manutenção adequada das instalações e dos prédios públicos proporciona melhores condições de habitabilidade, segurança e conforto para usuários da política e dos próprios servidores.

d) Economicidade: A centralização da demanda em um único certame, aliada à ampla competitividade do Pregão Eletrônico e à adjudicação por item, potencializa a obtenção de preços vantajosos, mesmo considerando as particularidades logísticas da entrega e do transporte dos materiais.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Para assegurar a contratação, a Administração Pública Municipal adotará as seguintes providências:



I. Realização de consulta para mapear os fornecedores, especialmente microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), promovendo ampla participação no processo licitatório;

II. Elaboração do Edital e do Termo de Referência, com definição clara de critérios técnicos, especificações do objeto e cláusulas contratuais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021;

III. Designação de gestor e do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e a fiscalização da execução, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo os mesmos serem devidamente cientificados.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os impactos ambientais decorrentes da aquisição de materiais de pintura para reforma e manutenção predial são temporários, de baixa magnitude e totalmente mitigáveis, desde que observadas as normas ambientais vigentes e adotadas boas práticas de gestão de resíduos, controle de poeira, ruídos e uso racional de recursos naturais.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Pelo exposto neste estudo, declaramos que a contratação pleiteada não é apenas viável, mas imprescindível para atendimento do interesse desta secretaria e suas unidades, principalmente no que se refere à garantia da dignidade dos usuários da política, e demais direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal.

14.2. Para atender a demanda a empresa deverá entregar, nas quantidades e prazos que vierem a ser efetivamente solicitados por esta secretaria e suas unidades como órgãos demandantes, os serviços em perfeitas condições, conforme detalhamento a ser descrito no Termo de Referência a ser elaborado com base neste Estudo Técnico Preliminar, observando o cronograma de entrega a fim de não prejudicar o órgão demandante.

14.3. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com ditames legais e as necessidades da secretaria e suas unidades tomando por base as contratações anteriores, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objetos da aquisição.



14.4. O presente Estudo Técnico Preliminar atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Assim, verifica-se a viabilidade da contratação e recomenda-se a aquisição proposta.

Rio do Sul (SC), 15 de julho de 2026.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/07/2026 15:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p/79a360da008d5>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026/FMAS

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2026/FMAS

Pregão Eletrônico nº 018/2026/FMAS

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e seis, o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça 25 de Julho, nº 01, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.574/0001-06, através de seu FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, situado na Rua Verde Vale, nº 77, bairro Canta Galo, abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 018/2026/FMAS, RESOLVE registrar os preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no referido certame. Presentes às seguintes empresas:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura e tintas, destinados a manutenção predial e das instalações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Rio do Sul/SC de acordo com as quantidades estimadas e especificações seguintes:

Item	Qtd	Unidade	Especificação	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços é válida até o dia xx/xx/xxxx (máximo de 12 meses), a contar da sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por 12 meses, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, que será o órgão gerenciador da presente Ata.

3.1.1. Além do gerenciador, são órgãos/entidades participantes do registro de preços:

- 3.1.1.1. Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul;
- 3.1.1.2. Município de Rio do Sul;
- 3.1.1.3. Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul;
- 3.1.1.4. Fundação Cultural de Rio do Sul;
- 3.1.1.5. Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio do Sul;
- 3.1.1.6. 15º Batalhão de Bombeiros Militar de Rio do Sul;
- 3.1.1.7. 07ª Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul.

3.2. O valor ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico nº 018/2026/FMAS**.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 018/2026/FMAS** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

4.1. As despesas decorrentes da presente Ata serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

4.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do OBJETO e apresentação da respectiva nota fiscal.

4.3. O Município de Rio do Sul deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

4.4. Para os casos de rejeição dos produtos e/ou serviços, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.



4.6. No caso de atraso pelo Município, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega é de 20 (**vinte**) dias, contados da emissão da Ordem de Compra.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços mencionados nas Ordens de Compra, conforme disposto no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- a) der causa à inexecução parcial da ata;
- b) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. **Advertência**, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

6.3. **Multa:**

6.3.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



6.3.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões elencadas no subitem 6.1.

6.4. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

6.5. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

6.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Órgão Gerenciador;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.12. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.13. O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.15. Os débitos do Fornecedor para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma Ata ou de outros contratos administrativos que o Fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data-base do orçamento estimado, em 05/11/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. O reajuste será precedido de solicitação do fornecedor, que deverá ser realizada por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e-reajuste-de-precos>.

7.4. A concessão do reajuste de preços deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. Fica assegurado o direito a revisão dos preços avençados, sempre que houver desequilíbrio na equação econômico-financeira firmada, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

7.11. A Administração terá por obrigação acompanhar, por meio do fiscal da Ata, em conjunto com o gestor da Unidade Demandante, auxiliados pela Divisão de Fiscalização de Contratos e Orçamentos, os preços registrados, agindo sempre que o desequilíbrio econômico-financeiro acarretar em ônus ao erário.

7.12. A Administração não agirá de ofício quando o resultado da revisão incorrer em benefício ao fornecedor.

7.13. O pedido de revisão deverá ser realizado por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e-recomposicao-financeira>.

7.14. Os reajustes e revisões serão realizados por termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- 8.1.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4. tiver presentes razões de interesse público;
- 8.1.5. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- 8.1.6. for declarado inidôneo ou impedido de licitar ou contratar com o Município de Rio do Sul, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.3.1. por razão de interesse público; ou

8.3.2. a pedido do fornecedor, que deverá ser formalizado por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/e-desistenciacancelamento-de-fornecer-item-licitado>.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Fornecedor, de acordo com a presente ata e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

9.3. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor.

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ata.

9.7. Aplicar ao Fornecedor as sanções previstas na lei e nesta ata.

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Fornecedor no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução desta ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes desta ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Município, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Fornecedor; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município e não poderá onerar o objeto da ata.

10.9. Comunicar ao fiscal da ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.10. Paralisar, por determinação do Município, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



10.11. Manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.12. Cumprir, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata.

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da Ata, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Município.

10.17. Cumprir integralmente, no que couber, as legislações atinentes ao ramo de atividade por ela desenvolvida, todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

10.18. O Fornecedor informará na nota fiscal emitida, quando for o caso, o valor a ser retido a título de INSS, a base de cálculo, bem como a alíquota aplicada a esta base de cálculo.

10.19. O Fornecedor que fizer utilização do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários instituído pela Lei Federal Nº 12.546/2011, destacará na nota fiscal emitida, a alíquota, a base de cálculo e o valor a ser retido a título de INSS.

10.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Vinculam esta ata, independentemente de transcrição:

- 12.1.1. O Termo de Referência;
- 12.1.2. O Edital da Licitação;
- 12.1.3. A Proposta do Fornecedor;
- 12.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo Órgão Gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio do Sul, xx de xxxxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Manoel Arisoli Pereira
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fornecedor